

DOSSIÊ AMÉRICA LATINA

AMÉRICA: HISTORIOGRAFIA E ENSINO

*Ledonias Franco Garcia**

Resumo

Este artigo apresenta uma rápida visão dos caminhos da historiografia americana aos caminhos do ensino da História da América no Brasil, salientando três aspectos: a) as imagens fundadoras da América, transparentes nas obras que constituem a historiografia americana; b) as imagens que o Brasil construiu sobre a América Latina e sobre si mesmo; c) o peso dessas imagens influenciando nos espaços dedicados aos estudos de América.

Palavras-chave: Pampa; Sertão; Território; Nação.

Nesses últimos anos acredito que os estudiosos da História da América, aqui no Brasil, têm sentido necessidade, mais do que antes, de refletir sobre as experiências vividas no ofício de ensinar e/ou pesquisar nessa área. Uma necessidade compartilhada pela maioria dos profissionais nela envolvidos e não por julgá-la mais importante do que as outras, mas por reconhecê-la como a área da História que ainda vem sofrendo para ganhar corpo e se desvencilhar dos rótulos recebidos, que acabaram por colocá-la como desnecessária ou de pouca importância no conjunto dos estudos de História.

Escrever um pouco sobre a minha experiência de trabalho na área de América e as impressões que me ficam ao tentar ver o ensino de

* Professora aposentada de História da América do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás, Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo.

História da América, no Brasil, é o que desejo fazer aqui. Reconheço, no entanto, que essa espécie de depoimento acaba não sendo individual, pois seria impossível fazê-lo sem fatalmente me esbarrar na maioria de meus pares. As experiências, tanto as bem-sucedidas como as malogradas, são semelhantes principalmente entre a geração que há vinte anos, mais ou menos, vem trabalhando com temáticas americanas.

Relatos sobre a História da América aqui no Brasil têm aparecido, vez ou outra, nos simpósios, seminários e em breves comentários nas revistas especializadas. Socializar regularmente as marchas e contra-marchas desse percurso de experiências de trabalho é um exercício sempre necessário.

Mais do que revelar os caminhos que a História da América vem percorrendo, os relatos em forma de balanços também cumprem o papel de ajudar a dar corpo à idéia de América que cada época tem traçado através dos objetos de estudo, dos enfoques e metodologias priorizados. Ao organizar as pequenas análises está-se elaborando tanto a crítica das etapas vividas como oferecendo informações aos recém-ingressos na área, que muitas vezes desconhecem os caminhos já percorridos.

Ao começar a dar corpo a estes escritos eu pensava em traçar o mapa dos caminhos percorridos pela história do ensino de História da América no Brasil. Pensava em assinalar o momento em que a disciplina entrou nos currículos das universidades, o lugar que ocupou nesses currículos, os programas que formavam a disciplina, os temas abordados, as bibliografias que acompanhavam esses programas etc. À medida que me esforçava para articular esses dados percebi que este começo não fazia sentido nessa direção proposta. Algo muito mais forte precedeu a tudo isso: “as idéias que ‘fundaram’ a América e o peso que tiveram na formação do pensamento dos americanos sobre si mesmos e, por decorrência, sobre a sua historiografia”. De forma especial desejo mostrar como os latino-americanos interiorizaram essas *idéias fundadoras* e, de forma mais especial ainda, como os brasileiros, com essas *idéias* interiorizadas, viram o continente e a si mesmos. Este é o rumo que dei a este escrito meio relato, meio depoimento, meio balanço.

Essas *idéias* que nasceram e vingaram são formadoras das grandes linhas que de certa forma vêm ‘costurando’ a historiografia americana, principalmente a historiografia latino-americana nesses 500

anos, constituindo-se em estruturas que sustentaram as obras básicas da historiografia.

Escolhi a historiografia para ser o eixo por onde os meus comentários estarão permanentemente se tocando. Sobretudo a escolhi porque posso usá-la como ponte para explicar os rumos que o ensino da História da América tomou a partir das idéias construídas sobre o continente e assimiladas de forma particular pelo Brasil.

Considero difícil pensar a América sem as imagens criadas desde o descobrimento, pois elas se tornaram mitos e de tempos em tempos reapareceram nesses cinco séculos, às vezes com roupagens diferentes, mas na essência as mesmas. Ou melhor, sempre reaparecem carregando as concepções primeiras que impregnaram as visões sobre o continente: “A América não era apenas um cenário para a verificação dos mitos, pois também seria convertida, depois de incorporada ao universo imaginário do Ocidente, em um ‘novo viveiro de imagens’, conforme a feliz metáfora do poeta José Lezama Lima” (Ainsa, 1992).

A historiografia sobre a América – utilizo aqui a historiografia de uma forma ampla: crônicas, cartas, diários, obras de História, obras literárias, relatos de viagem, ensaios políticos, sociológicos, econômicos¹ – nasceu das mãos dos europeus/descobridores nos diários, cartas e crônicas, no momento da descoberta e conquista dos espaços e pessoas e perdurou durante a colonização e para muito além dela. Descrevendo o que via, os europeus usaram as imagens que determinaram os depoimentos, marcando o tom do relato carregado pelo impacto sobre o diferente, o estranho, o desconhecido e o jamais imaginado.

“Diferente”, “original”, “exótico”, palavras empregadas para descrever a natureza e as pessoas têm vingado ao longo de 500 anos e acabaram virando emblemas para distinguir o continente e fontes de explicações baseadas nos caracteres étnicos e raciais, nos hábitos e costumes, na fauna, flora e clima...

No século XVIII as obras sobre a América foram marcadas também pelas explicações filosóficas assentadas no iluminismo. A filosofia aparecia reconhecida como elemento-chave do processo histórico, mas atrelada aos estudos de ciência como os de Lineu, Buffon, Cornelius De Pauw que, em seus respectivos campos, incluíram a América em suas especulações e análises classificatórias. Estes estudos provavelmente foram os que mais influenciaram na elaboração das idéias

com forte desprezo pela natureza, flora, animais e homens americanos. Montesquieu, Buffon e De Pauw acreditavam que o clima americano dos trópicos não favorecia nem a natureza nem aos homens e não havendo aqui animais de grande porte, os que havia eram classificados como degenerados. Às plantas e aos homens aplicavam o mesmo raciocínio. Para eles o calor não ajudava o pensamento e ainda convidava à preguiça e à depravação (Gerbi, 1989). Os americanos, para De Pauw, eram povos selvagens e sem história, convicção que ajudou a montar a teoria de um “vício radical”, conforme escreveu Michele Duchet: “antes de serem vítimas da crueldade dos conquistadores, os americanos o foram do clima, do solo, da imensidão do continente que desafiava a indústria humana” (Ventura, 1994, p. 23). Essas idéias somadas às dos séculos anteriores – *originalidade e exotismo* – reforçaram o imaginário sobre a América, ou seja, formaram um conjunto de representações que passou a abrigar as explicações para a realidade do continente.

A América entrou no século XIX carregando o conjunto: exotismo, originalidade, barbárie, preguiça, sensualidade, debilidade física e mental, natureza úmida e podre etc. Imagens que apareciam nos discursos dos europeus e de muitos latino-americanos.

Na luta pela independência, as jovens nações tiveram que encontrar argumentos para pensar e representar o continente e dentro dele elaborar as suas obras nacionais. A preocupação primeira foi reunir e apresentar as características nacionais e dar corpo ao “ser nação”, como se lê nos escritos de Andrés Bello, Francisco Bilbao, José Maria Mora, Domingos Sarmiento, José Victorino Lastarria, Bartolomeu Mitre e tantos outros. Apontaram, esses pensadores, para os elementos autóctones da América, mas como conjugá-los com as idéias de progresso do século XIX?

Estava colocada uma questão complexa para as jovens nações: como equilibrar a civilização e a barbárie? Para o ‘ser nacional’ existir procuravam as suas origens nas raízes mais profundas que corporificavam a nação e acabavam por se deparar com as forças ‘primitivas’ que representavam a barbárie da qual pretendiam fugir, em busca da civilização. Um dilema complicado e perigoso para os *criollos* que já haviam interiorizado as representações estrangeiras sobre a América num exercício de adaptação e reinvenção do continente, mas precisavam do “algo nacional” (Pratt, 1994, p. 175).

As obras dos viajantes nacionais e estrangeiros – os estudos e os relatos de viagens muito comuns após os movimentos de independência – constituem uma outra vertente da historiografia da América nesse período e uma fonte rica em informações carregadas também das idéias de progresso/atraso e civilização/barbárie. Os viajantes estrangeiros tinham muito interesse em conhecer as novas nações que surgiam, os espaços que as constituíam, a natureza que lhes dava o perfil e os recursos possíveis de exploração. Os viajantes nacionais saíam em busca do espaço para dar corpo à nação. Buscavam elementos onde pudessem encontrar a identidade nacional. Partiram de vários pontos, a maioria com as idéias deixadas pelos cientistas do século XVIII e se deparavam com a realidade que, não raramente, os fazia rever teorias, redescobrir espaços e reinventar a América.

De modo geral as obras de historiografia latino-americana da segunda metade do século XIX estavam amparadas nas teorias do progresso das sociedades ligadas ao darwinismo, ao spencerianismo ou ao positivismo. A influência dessas teorias é muito visível nas histórias nacionais, nos ensaios sociopolíticos e nas obras dos viajantes. A sociedade passou a ser analisada segundo os padrões de evolução em direção ao progresso e à etapa final de civilização.

O final do século XIX foi marcado pelas obras dos chamados “organicistas sociais” americanos que fizeram a ponte para o século XX. A palavra que definia essas obras era “enfermidade”. A sociedade latino-americana foi analisada como um organismo vivo e em crescimento, entretanto, sujeita ao vírus da “enfermidade” que poderia impedir o seu desenvolvimento normal. As principais obras dessa época: em 1899, *Manual de patología política*, do argentino Agustín Alvarez, e o artigo “El continente enfermo”, do venezuelano César Zumeta; em 1903, *Nuestra América*, em 1905, *Enfermedades sociales*, dos argentinos Carlos Otávio Bungue e Manuel Ugarte, respectivamente; em 1909, *Pueblo enfermo*, do boliviano Alcides Arguedas; em 1916, *O grande doente da América do Sul*, do brasileiro Basílio de Magalhães.

A “enfermidade” social – entendida como vícios de origem, corrupção, ganância, desonestidade, desvios de comportamento, ignorância, conservadorismo – foi mais uma maneira de representar o continente ou parte dele como um doente. Foi mais um ingrediente desabonador para as jovens nações do “novo mundo”.

Pouquíssimas foram as obras que apresentaram, à época, uma análise diferente e outros ângulos para enxergar a América. *A ilusão americana*, de Eduardo Prado, 1893, *América Latina – males de origem*, de Manoel Bomfim, 1905, e *Ariel*, do uruguaio Enrique Rodó, publicada em 1901, bem como vários artigos do cubano José Martí são exemplos significativos.

Basilares para a concepção de História da América no século XX, as obras de entrada nesse século contribuíram para as interpretações ancoradas em alguma vertente da questão racial. O caldeirão de raças na América Latina fornecia material precioso para esses discursos, o que não acontecia na América anglo-saxônica que não se primou pela mestiçagem. Por seu lado ajudou a fomentar os argumentos que viam os mestiços como uma sub-raça.

Na segunda década do século XX houve a chama de um novo ‘americanismo’ na América Latina e dentro dele o ‘indigenismo’ – os peruanos José Carlos Mariátegui e González Prada, o boliviano Franz Tamayo, o mexicano José Vasconcelos e o argentino Ricardo Rojas foram os principais. Enfoques marxistas e enfoques predominantemente culturalistas.

Vale ressaltar que a abordagem culturalista da história latino-americana foi visível até início do século XX e dava sustentação aos discursos dos conservadores que se apoiavam nas explicações racistas e culturais para justificar suas práticas políticas. Somente nos anos 20 e 30, sob a influência do socialismo, alguns pensadores começaram a construir análises com a ênfase socioeconômica.

O pensamento da CEPAL dominou nos anos 50. O cerne desse pensamento se apoiava na investigação dos caminhos possíveis para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos através da industrialização. O ‘atraso’, muito salientado no XIX, passou nas interpretações da CEPAL a ser o ‘subdesenvolvimento’. O raciocínio básico era o de que em quatro séculos a América Latina não havia chegado ao desenvolvimento e cabia então atingi-lo através da industrialização. Vários sociólogos, economistas, historiadores – principalmente do Chile, Argentina e Brasil – utilizaram esse modelo explicativo em suas análises predominantemente voltadas para a economia, destacando-se Hélio Jaguaribe, Aldo Ferrer, Celso Furtado, Jorge Graciaréa, Gino Germani, Luiz Pereira e muitos outros.

Na esteira da CEPAL apareceu, no final dos anos 60, a Teoria da Dependência, 'inaugurada' pela obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Além de perceber a dependência econômica esta teoria se voltava para as análises sociais. Muitos outros trabalhos nesse período utilizaram a dependência em suas várias fases para explicar a situação da América Latina. A obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, de Florestan Fernandes, é um exemplo. Os estudos sociológicos e economicistas influenciaram grandemente os historiadores e acabaram por dominar as reflexões sobre o continente, substituindo, nos cursos de história, as próprias obras de História. Numa única expressão: os trabalhos de História ficaram ofuscados, em segundo plano. Era o domínio dos estudos das Ciências Sociais para entender a América.

O imperialismo foi a tônica das obras dos anos 70. O marxismo era a estrutura teórica das obras, mas dando-lhes conformação estava o confronto permanente entre as forças do 'capitalismo norte-americano' e o 'subdesenvolvimento da América Latina'. As intervenções norte-americanas ao sul do Rio Grande foram as expressões acabadas do domínio imperialista no continente, culminando com a Revolução Cubana e a derrubada de Allende no Chile, sem contar os 'movimentos de bastidores', que resultaram em golpes e mais golpes militares acima e abaixo do Equador.

A produção historiográfica nascida no combate dessas duas forças carregava a bandeira do antiimperialismo. O *Desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, do equatoriano Agustín Cuevas, e *História contemporânea da América Latina: imperialismo e libertação*, do mexicano Pablo Casanova, ilustram bem o período.

Na efervescência desses anos criou-se mais um mito/rótulo do hispano-americano como revolucionário, guerrilheiro, desordeiro, terrorista e subversivo. Na verdade este mito estava dentro dos anteriores, todos alimentados de alguma forma pelas teorias racistas. No corolário de rótulos a América do Norte foi condenada a ser reacionária e a América Latina exaltada como revolucionária. Camilo Torres, Che Guevara, Fidel Castro, Carlos Lamarca, os Tupamaros, e outros eram (ou ainda são?) as imagens que representavam o mito presente nos discursos historiográficos (Rangel, 1982, p. 12).

Apareceram nesse período livros e livros que tiveram enorme acolhida e representaram a última palavra em América Latina como o do uruguaio Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina*, que se tornou um fenômeno de vendagem. Na verdade o que se passava para os interessados no tema, com raras exceções, era o conhecimento bastante localizado de um aspecto da América. Mas, e o conhecimento histórico para compreender cada país? E o processo histórico anterior ao imperialismo? Não, isso não aparecia e nem precisava, pois as relações imperialistas já bastavam. Essa forma de interpretação ajudava a reforçar os equívocos sobre a História da América, porque a recortava em pedaços e os encaixava nas grandes linhas de interpretação da História à época, o marxismo ou estruturalismo, e fora disso nenhum outro encaminhamento tinha sentido.

Reverendo hoje as discussões sobre o subdesenvolvimento e o imperialismo na América Latina que duraram mais de três décadas, é possível perceber a presença de uma idéia que virou quase uma premissa: os Estados Unidos deram certo e a América Latina, não. Implícita estava a questão: fomos determinados ao fracasso desde a colonização. Uma forma de não enxergar saídas fora desse determinismo e nem enxergar os países latino-americanos capazes de ações que não as teleguiadas pelas forças externas. Isso conduzia à compreensão da América Latina como inativa, sem vida e energias próprias. Em suma, uma marionete em mãos estrangeiras.

Nessa batalha norte – sul, novamente as questões sobre o ‘ser’ latino-americano vieram à tona. “Existe uma cultura latino-americana?”, o que equivale a “Vocês existem?”, pergunta formulada, na Europa, ao cubano Roberto Fernández Retamar e com a qual ele começou *Caliban e outros ensaios*, obra que reúne muitas reflexões sobre as questões de identidade. Na verdade o autor fez uma ligação de todas as imagens sobre a América, criadas ao longo dos séculos.

Na década de 80 começamos a enxergar por todo o continente obras indicando que os ventos dos novos rumos da pesquisa em História, realizada na Europa, haviam soprado por aqui. “Novos temas”, “novos objetos” e “novas abordagens” brotavam aqui e acolá. História Cultural, História das Mentalidades, História do Cotidiano etc., abrigando os objetos delas desdobrados.

Nesse rastro as temáticas latino-americanas têm oferecido possibilidades imensas. Uma multiplicidade de objetos veio à tona, alguns quase totalmente ignorados, outros deixados à margem porque considerados de pequena importância. Nas mãos dos pesquisadores os novos objetos estão ganhando vida, respondendo a perguntas, sugerindo novos métodos e questionamentos, apontando outros caminhos e, mais do que antes, buscando a aproximação com os campos de outras ciências. É visível a presença da ciência política, da crítica literária, da lingüística, da antropologia ajudando a História a lidar com os seus objetos de pesquisa.

A chamada “nova história cultural” tem sido essencial para criar novos enfoques sobre a América, principalmente em sua porção latina. O que pretendo dizer é que as expressões culturais passaram a ter outro estatuto aos olhos dos estudiosos e, como consequência, estão a exigir outro tratamento. Antes, tudo aparecia rotulado de subdesenvolvimento, atraso, inércia, mundo primitivo... Agora, não mais. É impossível apenas rotular de atrasados os países que produziram expressões tão profundas na cultura: música, artes, literatura... Essas expressões indicam muito mais. Exigem outros comportamentos para se compreender a História.

Apesar das impressões equivocadas é preciso observar que nem tudo é objeto novo ou faz parte de temáticas inéditas. A característica desse novo fôlego em relação à América está, antes de tudo, na mudança de comportamento em relação à História do continente. Essa mudança tem alterado muito a forma de trabalhar os objetos, de explorá-los e, principalmente, de articulá-los com o universo do qual fazem parte. Podemos comparar esse novo fôlego a uma caminhada por dentro de velhos lugares até então olhados apenas de longe e por novos lugares jamais vistos nos roteiros de investigação sobre a América. Trata-se de uma aproximação e uma reavaliação da América.

Nesse novo tempo, se é possível assim ser chamado, não se pode esquecer a passagem dos 500 anos da chegada de Colombo no continente pois representou uma motivação e tanto. Não somente refletiu nas historiografias regionais americanas, como foi temática em muitos outros países como França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Portugal, Espanha, para não citar todos. Sem dúvida foi uma passagem que propiciou, apesar das divergências de condutas, múltiplos enfoques e a possibilidade de trabalhos analisando o continente como um “todo

formado das diversidades”. Não são raros os trabalhos feitos lá fora que apresentam análises ricas de objetos genuinamente americanos.

Hoje, cada vez mais se nota a “nova história” convivendo com a História concebida de forma tradicional. Não estamos mais pressionados pela intolerância de um modelo de análise sobre os demais. Não assistimos mais ao império por um único viés de análise ditado pelas grandes linhas totalizantes.

A história política tem estado muito forte em alguns países, mas não mais no modelo formal e clássico e sim em estudos voltados para as instituições políticas, os partidos como representações, as expressões ligadas à cidadania, os espaços das associações, o exercício das práticas políticas fora dos partidos etc.

A História tem dialogado muito freqüentemente com a literatura e hoje abriga a ficção sem problemas de identidade. Não se pode esquecer que a literatura através do romance histórico vem contribuindo grandemente para essa aproximação. Como pensar a História da América hoje sem nos valermos da literatura? Para citar apenas um exemplo: como ignorar *Cem anos de solidão*, de Garcia Marquez, numa busca de compreensão da América?

Mas como ligar todo esse trajeto historiográfico, rapidamente apresentado, com o ensino de História da América no Brasil? Como conjugar esse caminho feito pela historiografia com um outro quadro de referências, o do ensino? É preciso fazer uma passagem.

Como?

Pensando, primeiro, como o Brasil viu a América.

As imagens criadas sobre a América, em especial sobre a América Latina, foram assimiladas pelos americanos de modo geral e pelos brasileiros de forma muito particular. O Brasil se colocou e se viu diferente do restante da América Latina. Diferença que se acentuou com a independência e está presente nas idéias registradas em sua historiografia.

Como única colônia portuguesa na América, o Brasil se manteve isolado das demais colônias hispano-americanas suas vizinhas e sobre elas guardou imagens que até hoje rodam por aí. Apesar de ser uma parte da América Latina não se viu nesse todo. Cultivou o vício de

olhar para o Atlântico e sempre de costas para os vizinhos da América hispânica. Era como estar afirmando ser uma perda de tempo dedicar esforços à compreensão da história dos países da América Latina com os quais não tinha qualquer identidade. Era uma História que não fazia parte do universo de interesses dos estudiosos de História no Brasil. Os brasileiros não se reconheciam pertencentes à latinidade americana. Um sentimento fortemente estruturado enquanto forjava a idéia de nação brasileira e onde a historiografia ganhou o seu perfil nacional.

Por outro lado, a História dos EUA deixou marcas significativas. Frequentemente lembrada através de episódios que se tornaram emblemáticos, como a experiência das 13 colônias, a obra bem-sucedida do povoamento, a proclamação da independência, a construção da democracia, a Guerra de Secessão... A idéia que ficou foi a de uma história grande!! Não a história de uma parte da América mas a 'História da América'. Uma história bonita e vencedora que não encontrava similar no sul do Rio Grande. Situação que ajudava a explicar a razão de muitos dos alunos, no início do curso de História, desconhecem totalmente a História da América Latina mas possuem conhecimentos sobre vários momentos da História dos Estados Unidos.²

O Brasil se identificou com os seus vizinhos hispânicos unicamente quando estes defenderam as mesmas idéias suas, aquelas que não destoavam da visão de país pacífico, ordeiro e que buscava na Europa e nos Estados Unidos a inspiração de desenvolvimento e progresso. Eram idéias correntes no XIX e significavam um chamamento para que os latino-americanos se espelhassem na Europa anglo-francesa e nos Estados Unidos da América do Norte. Deixavam transparecer a dificuldade e um certo constrangimento para tratar com o mundo indígena e mestiço latino-americano.

O Brasil ficou a olhar para o Atlântico como se esperasse o cumprimento de uma profecia – a chegada da civilização,

voltado para o sol que nasce, tendo, pela facilidade da viagem, os seus centros populosos mais perto da Europa que da maioria dos outros países americanos; separado deles pela diversidade de origem e da língua; nem o Brasil físico, nem o Brasil moral formam um sistema com aquelas nações". (Prado, 1957, p. 10)

Era difícil olhar para trás, para o sertão. Além de penoso era um exercício desnecessário, uma vez que de lá não chegaria a civilização. Este era o limite da visão formulada no litoral do Brasil, tanto de seu próprio interior quanto da América espanhola. Visão muito localizada e de onde não se enxergava sequer o país como um corpo inteiro, com articulações, intercâmbios, raízes, circulação, muito menos a América Latina e, muito menos ainda, a América como um todo.

Além do mais, a maioria dos países americanos de língua espanhola faz os seus limites físicos com o Brasil, justamente nas linhas extremas do seu interior mais profundo. Esta geografia de fronteiras interioranas acabou por forçar uma situação duplamente fora de foco porque muito distante, numa vastidão incomensurável e profundamente marcada pela idéia do vazio.

Há a considerar que cravada no imaginário brasileiro estava a idéia da desordem, das divisões regionais, das desavenças entre os caudilhos como as marcas de origem das repúblicas hispano-americanas. Isso funcionava como um 'pecado original' do qual as recém-formadas repúblicas não se livrariam e, ainda, poderiam contaminar o vizinho. Os 'bandoleiros' tanto dos pampas como dos lhanos inspiravam preocupação. Essas imagens facilitavam aos observadores brasileiros, à diplomacia sobretudo, a elaboração de interpretações equivocadas sobre os processos de história regional e sobre as estratégias para as relações diplomáticas. Se nos 300 anos do período colonial as relações não haviam criado laços, no século XIX elas se tornariam ainda mais distantes. As jovens nações, cada qual à sua maneira, procuravam evidenciar o lastro de identidade, a 'cor' da nação. Um período que não facilitou a construção de grupos regionais e de intercâmbios político-culturais.

Para o Brasil 'monárquico', 'pacífico' e 'unido', a imagem da América Latina era a de uma grande região dividida em várias repúblicas, insurgentes e instáveis. Entretanto sobre os EUA, um país que também se tornou republicano, criou-se uma outra imagem. Os problemas ao longo do século XIX, apesar de graves, como por exemplo, a guerra com o México, a Guerra de Secessão, a dizimação de índios no avanço da fronteira, não comprometeram a imagem positiva e de vencedor. Pelo contrário, esses acontecimentos foram vistos como obstáculos que uma vez superados ajudaram a fortalecer o cumprimento do 'destino

manifesto', a construir a história vencedora para a qual o Brasil se voltava na busca de modelos de civilização, sempre que necessário.

Os pensadores brasileiros enveredaram por esse caminho e com um agravante, a América Latina foi sempre vista como um bloco único. As especificidades e as enormes diferenças regionais não apareciam seja por desconhecimento ou desinteresse em avaliá-las. Às vezes, no entanto, no aspecto da cultura desmembrava-se tudo para não pensar sobre o todo, como bem lembrou o prefaciador de *A cidade das letras*:

(...) o trabalho de Angel Ramos foi o de um mestre latino-americano que pensou e imaginou a cultura dos nossos países como uma totalidade. Um todo heterogêneo, de difícil redução em termos de clichê. Um todo com histórias particulares, com ênfases e ritmos diferentes, mas nunca alienados, nem totalmente desmembrados ou atomizados. (Rama, 1984, p. 14)

E agora, como reunir essas duas vertentes historiográficas com o ensino de História da América no Brasil? Como relacionar tudo isso?

Começamos por observar que não por acaso a História da América, tem recebido pouca atenção nos nossos meios acadêmicos, nos grupos de pesquisa, nos órgãos financiadores de pesquisa, enfim, raramente foi considerada relevante tanto pelos pesquisadores como pelos professores. Historicamente a América nunca foi uma área privilegiada em qualquer desses lugares relacionados e sem se dar conta esses espaços ainda continuam carregando as heranças de imagens construídas lá fora e assimiladas pelos brasileiros num processo de autoproteção. Os desdobramentos dessas imagens que o Brasil tomou como suas, para se posicionar em relação à América Latina, rendem frutos ainda hoje, mais do que podemos imaginar.

Desde que os currículos das universidades adquiriram os primeiros contornos da fisionomia que hoje possuem, eles passaram a refletir o que se achava implícito ou explicitamente na visão que se tinha da América.

Por longos anos convivemos, principalmente nos cursos superiores de História, com a disciplina História da América mais ou

menos apagada. Na maioria das vezes relegada aos cantos dos currículos como alguma coisa que incomodava e acabava por criar constrangimentos. A prima pobre dos currículos atazanava a vida dos departamentos sempre à cata de professores pegos a laço para trabalhar com uma disciplina sem atrativos para eles e muito menos para os alunos. Uma condição árida em motivações. Se, por um lado, isso era resultado de um tipo de compreensão que se criou sobre a História da América, por outro, passou a produzir um comportamento intelectual equivocado que foi alargando cada vez mais os descaminhos desta área de estudos.

Os mínguaos espaços cedidos para a América não conseguiam reverter a situação já cristalizada de pouco interesse pela área e até de um certo acentuado desprezo. Ofuscada, a área não conseguia criar um corpo firme que facilitasse lutar contra as intempéries e que estimulasse a pesquisa e a docência.

No 1.º e 2.º graus o quadro nunca foi melhor. Os conteúdos do campo da América, que integravam os programas da disciplina História em cada série e nível, apareciam sempre muito timidamente, quando apareciam. Às vezes em forma de recortes feitos aleatoriamente, desligados na maioria das vezes do contexto e com ares de que apenas marcavam a presença por obrigatoriedade.

Uma outra fisionomia dessa situação foi quando alguns volumes didáticos apareceram dedicados unicamente à América. Nesse caso os conteúdos da área receberam tratamento específico, mas frequentemente faltaram as análises de conjuntura, tanto com o Brasil como com a História Geral.

Há que somar a tudo isso a falta no Brasil, até poucos anos atrás, de obras de referência sobre as temáticas latino-americanas. Aqueles professores e/ou pesquisadores que se aventuravam a trabalhar nessa direção pagaram um preço alto. A reduzida bibliografia era conseguida nas viagens ou através dos amigos residentes no exterior. As editoras estrangeiras somente nos visitavam em ocasiões de feiras e congressos expressivos mas, é claro, isso valendo para as universidades do eixo Rio-S.Paulo e da região Sul. O restante do país penava! Longe dos grandes centros, das livrarias, dos eventos, ia forjando, numa grande aventura, a existência da disciplina – ensinando e pesquisando – nas universidades pequenas e com as bibliotecas específicas à beira da miséria.

O número de obras produzidas por brasileiros sobre a América Latina até os anos 70 era reduzido e como as importações de livros estrangeiros não era coisa fácil, sobrevivíamos muito pobremente. Ou melhor, sobrevivemos! Os pouquíssimos interessados nas temáticas americanas conseguiram fazer a travessia, acredito eu. Somos muitos agora se comparados aos anos 70 e 80 e estamos hoje muito melhores do que antes, isso é inegável. Embora ainda estejamos nos descobrindo como americanos e principalmente como latino-americanos, ainda lutando contra as seqüelas de uma produção historiográfica que em vários períodos vingou muito fortemente impedindo o surgimento de outras interpretações.

Somente nos anos 80 as nossas livrarias e bibliotecas passaram a oferecer um número significativo de obras de referência para a América Latina. O interesse pela área aumentou. As temáticas pesquisadas formam hoje um painel variadíssimo e estão concorrendo lado a lado com as temáticas das outras áreas da História. Observa-se também que várias das pesquisas realizadas transformaram-se em livros que já fazem parte dos acervos especializados sobre a América, por esse Brasil adentro.

Confirmando esses dados que demonstram uma outra época, pode-se apontar o panorama editorial nesses últimos 10 anos, ou pouco mais. Verifica-se que houve a publicação de coletâneas de textos e documentos, cobrindo vários períodos da história do continente; relações de fontes para a pesquisa no Brasil e em vários outros países; organização de catálogos sobre acervos especializados em América; novas edições de obras raras; tradução de obras primárias; trabalhos comentados sobre obras e autores considerados fundamentais; coleção de trabalhos clássicos como a *Biblioteca Ayacucho*; reunião de trabalhos de vários países sobre as mesmas temáticas como é o caso da coletânea *América Latina: palavra, literatura e cultura*, organizada por Anna Pizarro, e *Fuentes de la cultura latinoamericana*, organizada por Leopoldo Zea, além é claro, de muitas outras como um projeto da UNESCO sobre o continente que ainda está a caminho.

É absolutamente visível o quadro positivo criado pela produção e pela circulação de várias coleções de grande alcance, para universitários e alunos de 2.^o grau. *Tudo é História e Encanto radical*, da Brasiliense; *Discutindo a História*, da Atual; *Princípios e Grandes cientistas atuais*,

da Ática, são algumas delas. Mas existem também muitos títulos avulsos, publicados por diversas editoras que atingiram um altíssimo número de leitores. Assuntos, os mais variados, puderam chegar às mãos dos interessados sem maiores esforços. A América hispânica tem sido a mais focalizada e a América anglo-saxônica quase saiu de foco.

No rol das mudanças há que mencionar o crescimento do número de cursos de mestrado tendo como área de concentração a América na década de 80 e o surgimento dos doutorados na mesma linha, nos anos 90. Já não é mais raridade, nos meios acadêmicos, os professores com especialização em América, o que é muito positivo para o quadro geral do ensino. Percebe-se também as disciplinas voltadas para a América sendo oferecidas a partir de outros eixos que não o da bipolaridade América Anglo-saxônica *versus* América Latina ou América *versus* Europa, mas América e África, América e Ocidente. Por si sós esses fatos já comprovam um outro comportamento intelectual, uma outra dimensão para a América.

Com o final dos anos de chumbo, com os bloqueios e a censura desaparecendo pouco a pouco, o intercâmbio de idéias, necessário para a existência da América Latina, começou a tomar corpo. Resta-nos ainda um outro comportamento para com a História da América não latina. Chegaremos lá, com certeza.

Abstract

This article presents a brief survey of the *démarche* of the American historiography and the teaching of the History of the America in Brazil. It points out three aspects: the founding images of America in the American historiography; the Brazilian composed images of the Latin America; the influence of these images in the American studies.

Key-words: *Pampa; Sertão; Territory; Nation.*

Notas

1 É difícil estabelecer a fronteira entre os campos das obras, mas é possível perceber quando começou a haver a preocupação em

apresentar a *História*. Nos títulos a palavra *história* sempre estava presente, isso ainda no século XVI, como: *História de Las Índias*, de frei Bartolomeu de Las Casas, *História verdadeira*, de Bernal Diaz de Castilho, mas somente no século XIX, como decorrência do que se fazia na Europa, houve a preocupação com os elementos para a construção das obras atentando para os princípios da ciência.

2 Sobre o Canadá o desconhecimento é tão grande que chega a ser desconcertante.

Referências Bibliográficas

- AINSA, Fernando. Profissões e pressentimentos. *O Correio da UNESCO*. Ano 20, n. 7, p. 11-4.
- ARCINIEGAS, Germán. In: BORDA, J. G. C. (Org.). *América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BELLINI, Giuseppe (Org.). *L'América tra reale e meraviglioso: scopritori, cronisti, viaggiatori*. Roma: Bulsoni Editore, 1990.
- BRADFORD BURNS, F. Ideology in nineteenth - century latin american historiography. *The Hispanic American Historical Review*. 1978, v. 58, n. 3, August 1978, p. 409-31.
- CIMÒ, Pino. *Il Nuovo Mondo*. Milano: Mondadori, 1991.
- GERBI, Antonello. *La disputa del Nuovo Mondo. Storia di una polemica: 1750-1900*. Milano, Napoli: Ricciardi, 1955.
- LIMA, Luis Costa. *O controle do imaginário. Razão e imaginação no Ocidente*. S. Paulo: Brasiliense, 1984.
- MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- OBERACKER, Carlos. Viajantes e naturalistas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, t. 2, v. 3, p. 119.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: Travel writing and transculturation*. London: Routledge, 1992.
- PIZARRO, Anna. (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial, 1993.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- RANGEL, Carlos. *Do bom selvagem ao bom revolucionário*. Brasília: UnB, 1992.
- SABATO, Hilda. Participación política y ciudadanía en la historiografía política argentina. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 1, p. 85-102.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador; a viagem*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Cia da Letras, 1994.
- ZEA, Leopoldo. (Org.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica. 1993.